

Continuaremos na mesma em 2027?

Rogério L. Furquim Werneck*

Daqui a 14 meses o Brasil estará no limiar de nova campanha presidencial. Esperar que o País possa criar juízo até lá seria pedir demais. Mas, quem sabe, com alguma sorte, até março do ano que vem parcelas mais esclarecidas do eleitorado possam ter adquirido percepção mais nítida de quão desajuizada vem sendo a política econômica do governo.

Entre os que conseguem entender que a política econômica é insustentável, não falta quem esteja pronto a conceder que há aspectos positivos a reconhecer. Tendo crescido 3% em 2023, a economia deve registrar crescimento ainda mais rápido, da ordem de 3,5%, no ano passado, com taxa de desemprego em queda persistente.

Poucos percebem que essa expansão imprudentemente acelerada da economia, que nem o próprio governo esperava, foi só mais uma trapalhada canhestra na condução da política econômica, que adveio do aumento desenfreado de gasto público observado nos últimos dois anos. Mera decorrência da gestão inconsequente das contas públicas. Por mais que se esforçasse, o Banco Central não conseguiu que taxas reais de juros cada vez mais altas compensassem o impacto desse colossal impulso fiscal sobre a demanda agregada.

E o resultado aí está: inflação bem acima do limite superior à meta, taxas reais de juros absurdamente altas, câmbio pressionado e uma crise de confiança da qual o governo não consegue sair.

A razão primordial da crise de confiança é ter o presidente Lula apostado que, sob a camuflagem mambembe do Arcabouço Fiscal, poderia se permitir atravessar todo seu terceiro mandato sem se preocupar com a geração de superávits primários compatíveis com a manutenção do endividamento público sob controle.

Não chega a ser surpreendente que, passados não mais que dois anos, tenham se disseminado os efeitos desestabilizadores da apreensão com a perspectiva de que, em um único mandato presidencial, venha a haver um salto da ordem de pelo menos 14 pontos percentuais na dívida do setor público como proporção do PIB. De 72% do PIB, em 2022, para 86% do PIB em 2026.

O que torna o quadro ainda mais difícil é que, como bem se viu nas respostas evasivas da longa e tortuosa entrevista concedida pelo ministro da Fazenda à CNN em 17 de janeiro, disponível no *YouTube*, o governo continua entregue ao negacionismo, empenhado em forjar alegações escapistas de que a situação é bem menos grave do que

parece e aferrado a metas pírias de um fantasioso déficit primário quase zero. O plano de jogo continua a ser empurrar com a barriga e, aos trancos e barrancos, conseguir esticar a corda da irresponsabilidade até as eleições de 2026.

Alguém acredita mesmo que tamanho descompromisso com a gestão responsável da política fiscal desaparecerá como por encanto em 2027, caso o candidato do governo seja eleito? Claro que não. Sem uma perspectiva crível de mudança do regime fiscal em 2027, a travessia dos próximos dois anos promete ser turbulenta.

Já passou da hora de o País entender que, sem uma gestão fiscal sustentável, todas as demais políticas públicas estarão sob permanente ameaça de instabilidade e retrocesso. E a trajetória de crescimento da economia estará fadada a continuar limitada a deprimente sucessão de voos de galinha.

A combinação de dívida do governo muito alta, taxas reais de juros elevadas e crescimento nada espetacular do PIB torna crucial que o novo presidente seja capaz de levar adiante uma condução consequente das contas públicas.

Nada garante que um candidato com esse perfil venha a ser eleito em outubro do ano que vem. E, a esta altura, tendo já mostrado que pouco ou nada aprenderam com o descalabro do governo Dilma, Lula e o PT se desqualificaram.

Já não é crível que possa emergir do partido um candidato presidencial apto a enfrentar com sucesso o desafio da restauração da responsabilidade fiscal. E a verdade é que já não sobra muito tempo para a construção de uma candidatura alternativa viável com o perfil que a gravidade da crise requer.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.